

Sob temor de 'crise sem precedente', Alcolumbre tenta pacificar relação entre Bolsonaro e STF



Afirmado temer o que chamou de "crise sem precedentes", o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), foi ao Palácio do Planalto nesta quinta-feira (28) em uma tentativa de pacificar a relação entre o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e o STF (Supremo Tribunal Federal).

Sem agenda pública nesta tarde, o gabinete de Bolsonaro, no terceiro andar do Planalto, estava abarrotado de militares e civis, como os ministros Paulo Guedes (Economia), André Mendonça (Justiça), José Levi (AGU) e Fernando Azevedo e Silva (Defesa), além do deputado Helio Lopes (PSL-RJ), aliado do presidente.

O clima, segundo relatos, era de tensão. Bolsonaro já havia demonstrado sua irritação mais cedo, pela manhã, quando o presidente da

República disse a jornalistas que "ordens absurdas não se cumprem".

Diante da crescente apreensão, Alcolumbre conversou com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), com ministros do STF e parlamentares e se colocou como bombeiro para tentar conter um estrago maior.

Com a anuência dos demais, o presidente do Senado pediu a audiência com Bolsonaro, que o recebeu por cerca de uma hora nesta tarde. Parte da reunião foi fechada, mas outra foi diante de mais pessoas.

Segundo relatos feitos à reportagem, Alcolumbre disse que era preciso calma e responsabilidade. Alegou que o Congresso estava sendo responsável, mas que era preciso o mesmo do Executivo e do Judiciário. Bolsonaro reclamou, então, do que con-

sidera excessos do Supremo.

Alcolumbre insistiu na necessidade de pacificação para evitar uma crise sem precedentes, observação à qual, de acordo com presentes, Bolsonaro reagiu em silêncio.

O presidente do Senado saiu do Planalto com a sensação de que, ao menos nas próximas horas, Bolsonaro não tomaria nenhuma medida extremada.

Essa situação extrema ocorreria caso ele se recuse a cumprir determinação do Supremo Tribunal Federal para prestar depoimento.

O ministro da Justiça ingressou com um pedido de habeas corpus para Weintraub a fim de "garantir liberdade de expressão dos cidadãos". Com o pedido de habeas corpus, a ideia é impedir qualquer medida cautelar contra o ministro da Educação.

Daniel Carvalho e Iara Lemos/Folhapress

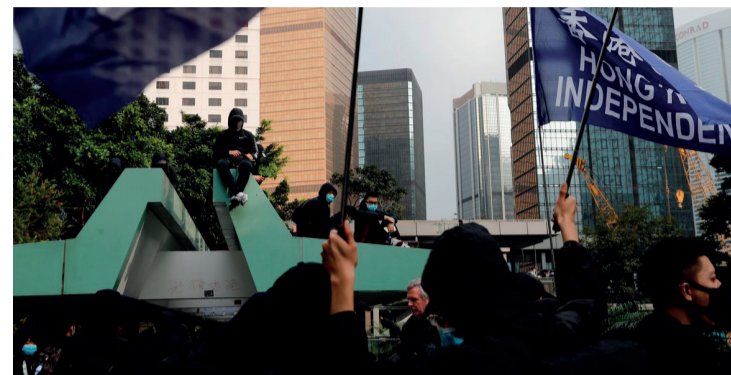
Fatores que determinam os preços de medicamentos

presidente executivo da ABCFARMA, a dinâmica dos preços de medicamentos é complexa quando analisada pelos bastidores.



De acordo com Felício De Rosa Neto,

Página 08 - Negócios



Parlamento da China aprova lei de segurança para Hong Kong

O Parlamento da China aprovou nesta quinta-feira (28) a decisão de levar adiante uma legislação

de segurança nacional para Hong Kong. Ativistas pró-democracia da cidade e de países ocidentais temem que a medida afete a liberdade de Hong Kong e ameace seu papel de polo financeiro global.

Página 02 - No Mundo



Juros caem e novas concessões de crédito diminuem em abril

Os juros cobrados pelos bancos recuaram em abril, mas as novas concessões de

crédito caíram no mês passado, informou hoje (28) o Banco Central (BC), ao divulgar as Estatísticas Monetárias e de Crédito.

Empresas e famílias conseguiram pegar emprestados R\$ 295,5 bilhões dos bancos em abril.

Página 03 - Economia

Rombo nas contas públicas tem recorde histórico em abril, com déficit de R\$ 92,9 bilhões

Sob influência da crise do novo coronavírus, o governo federal registrou um rombo recorde de R\$ 92,9 bilhões nas contas públicas em abril.

Página 03 - Economia

No Mundo

Parlamento da China aprova lei de segurança para Hong Kong



O Parlamento da China aprovou nesta quinta-feira (28) a decisão de levar adiante uma legislação de segurança nacional para Hong Kong. Ativistas pró-democracia da cidade e de países ocidentais temem que a medida afete a liberdades de Hong Kong e ameace seu papel de polo financeiro global.

A China diz que a legislação visa a combater a separação, a subversão, o terrorismo e a interferência estrangeira na cidade, mas o plano revelado por Pequim na semana passada desencadeou os primeiros grandes protestos em Hong Kong em meses.

O batalhão de choque compareceu em peso, enquanto parlamentares debatiam um projeto de lei para criminalizar o desrespeito ao hino nacional chinês. Os Estados Unidos aumentaram a pressão visando a preservar a autonomia da cidade.

Dezenas de manifestantes se reuniram em um shopping

center para gritar frases de efeito, mas não houve tumultos como os do dia anterior, quando a polícia fez 360 prisões enquanto milhares tomavam as ruas revoltadas com o projeto de lei do hino nacional e a legislação de segurança nacional propostos pela China.

No ano passado, a cidade foi abalada por manifestações pró-democracia, muitas vezes violentas, durante meses, devido à tentativa fracassada de adotar uma lei de extradição para a China.

A lei de segurança do governo chinês para a cidade está gerando, em Hong Kong e outros locais, o temor de que Pequim esteja impondo sua autoridade e reduzindo o alto grau de autonomia de que a ex-colônia britânica desfruta graças à fórmula “um país, dois sistemas”, desde que voltou ao controle chinês em 1997.

Membros do Congresso Nacional do Povo, o Parla-

mento chinês, presentes no Grande Salão do Povo, situado a oeste da Praça da Paz Celestial de Pequim, aplaudiram longamente quando a contagem mostrou 2.878 votos a favor, seis abstenções e um voto contra o avanço da legislação.

Acredita-se que os detalhes da lei serão definidos nas próximas semanas e que ela será sancionada antes de setembro.

Autoridades chinesas e o governo de Hong Kong, apoiado por Pequim, dizem que o alto grau de autonomia da cidade não está ameaçado e que a nova lei de segurança terá um foco específico.

O primeiro-ministro chinês, Li Keqiang, disse que a lei será boa para a estabilidade e a prosperidade de Hong Kong no longo prazo, e que a fórmula “um país, dois sistemas” continuará sendo uma diretriz nacional.

Jessie Pang e Yew Lun Tian/Reuters/ABR

Netanyahu oferece ajuda a Bolsonaro para lidar com o coronavírus

O primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, falou com o presidente Jair Bolsonaro por telefone, nesta quarta-feira (28), e ofereceu ajuda ao brasileiro para lidar com o combate ao coronavírus.

De acordo com um comunicado do governo israelense, o premiê expressou solidariedade com a situação do Brasil e sugeriu colaboração com as indústrias brasileiras para “produção de equipamentos médicos necessários para lidar com a pandemia”.

Além disso, Netanyahu propôs uma conversa entre especialistas brasileiros e is-

raelenses para “transmitir a experiência cumulativa de Israel no tratamento do vírus”.

O comunicado não cita a resposta de Bolsonaro, mas diz que o presidente parabenizou o líder israelense por estabelecer um governo de coalizão e que espera “continuar a fortalecer os laços entre os dois países”.

De acordo com a universidade Johns Hopkins, Israel registrou, até esta quinta-feira (28), mais de 16 mil casos e 281 mortes por coronavírus. Já o Brasil tem cerca de 411 mil casos e mais de 25 mil mortes.

Folhapress



Mortes por coronavírus nos EUA superam marca de 100 mil



O novo coronavírus já matou mais de 100 mil pessoas nos Estados Unidos (EUA), mostrou contagem da Reuters nessa quarta-feira (27), em um momento no qual a desaceleração do número de mortes incentiva as empresas a reabrir e os norte-americanos a saírem de mais de dois meses de quarentena.

Cerca de 1.400 norte-americanos têm morrido, em média, todos os dias em maio, abaixo do pico de 2 mil em abril, de acordo com a contagem de dados estaduais e municipais so-

bre as mortes pela covid-19.

Em cerca de três meses, mais norte-americanos morreram da doença do que durante a Guerra da Coreia, a Guerra do Vietnã e o conflito dos EUA no Iraque (2003 a 2011), juntos.

A nova doença respiratória também tem matado mais pessoas do que a epidemia de aids, de 1981 a 1989, e é muito mais mortal do que a gripe sazonal tem sido há décadas. A última vez que a gripe matou tantas pessoas nos Estados Unidos foi na temporada de 1957-1958,

quando 116 mil morreram.

O total de casos de coronavírus nos EUA ultrapassou 1,7 milhão. Alguns estados do sul viram novos casos surgirem na semana passada, de acordo com análise de dados da Reuters do Covid Tracking Project, um esforço voluntário para rastrear o surto.

Mundialmente, os casos de coronavírus superaram 5,6 milhões, com mais de 350 mil mortes desde o início do surto na China, no fim do ano passado. A pandemia chegou em seguida à Europa e aos Estados Unidos.

A América do Sul agora está sofrendo o maior impacto do surto, com o Brasil registrando o segundo maior número de casos no mundo.

Dos 20 países mais afetados, os Estados Unidos ocupam o oitavo lugar com base em mortes per capita, de acordo com a contagem da Reuters. Os EUA têm três mortes por 10 mil pessoas. A Bélgica é a primeira, com oito mortes por 10 mil, seguida pela Espanha, o Reino Unido e a Itália.

Lisa Shumaker/Reuters/ABR

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3337-6724
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Juros caem e novas concessões de crédito diminuem em abril



Os juros cobrados pelos bancos recuaram em abril, mas as novas concessões de crédito caíram no mês passado, informou hoje (28) o Banco Central (BC), ao divulgar as Estatísticas Monetárias e de Crédito.

Empresas e famílias conseguiram pegar emprestados R\$ 295,5 bilhões dos bancos em abril. Esse valor total foi 16,5% menor do que o registrado em março, na comparação com ajuste sazonal. No caso das empresas, a queda foi de 21,1% e das famílias, recuo de 13,2%. Sem o ajuste para o período, a redução ficou em 31% para as empresas, em 18,2% para as famílias e em 25,5% no total.

No acumulado do ano até abril, comparado ao primeiro quadrimestre de 2019, as concessões totais cresceram 13,2%, compostas por expansões de 24,2% para pessoas jurídicas e de 4% a pessoas físicas (da-

dos com ajuste sazonal).

O chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, destacou que houve uma “redução importante” nas concessões em abril. “Essa redução foi além do fator sazonal”. Ele explicou que a série dessazonalizada busca ajustar as concessões pela quantidade de dias úteis de cada mês, sendo que abril teve dois úteis a menos que o anterior, além de considerar fatores que ocorrem tipicamente em cada mês do ano. “Quando a gente elimina esses fatores e torna a série mais comparável, ainda assim houve uma redução nas concessões”, disse.

Apesar desse resultado, Rocha ressaltou que as concessões para financiamento do comércio exterior foram impulsionadas pela alta do dólar em março e chegaram a crescer 300%. Assim, quando chegou abril, essas concessões se reduziram na

comparação com março. “Podemos olhar isso com aquela velha metáfora do copo meio cheio e o copo meio vazio. No caso das modalidades ligadas a comércio exterior, no mês de março, tivemos um estímulo muito grande a essas concessões que cresceram quase 300%.” Ele disse que a alta do dólar “fez com que fosse mais vantajoso para as empresas anteciparem as suas operações”.

As modalidades de empréstimos são divididas em dois tipos: o crédito livre e o direcionado. No caso do crédito livre, os bancos têm autonomia para emprestar o dinheiro captado no mercado e definir as taxas de juros cobradas dos clientes. Já o crédito direcionado tem regras definidas pelo governo, destinados, basicamente, aos setores habitacional, rural, de infraestrutura e ao microcrédito.

Kelly Oliveira/ABR

Pandemia destruiu um recorde de 4,9 milhões de postos de trabalho até abril

A pandemia do novo coronavírus contribuiu para que 4,9 milhões de posto de trabalho fossem perdidos no Brasil no trimestre encerrado em abril, um recorde na série histórica, informou nesta quinta-feira (28) o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Desse total, 3,7 milhões postos de trabalho informais foram perdidos.

A população ocupada teve uma queda recorde de 5,2% na comparação com o trimestre anterior. Hoje, a população ocupada reúne 89,2 milhões de brasileiros, contra 94,2 milhões em janeiro.

A taxa de desemprego subiu para 12,6% no trimestre encerrado em abril, primeiro mês completo com medidas de isolamento social impostas em todo o país como forma de conter o avanço da Covid-19. O desemprego foi menor que o esperado pelo mercado, que projetava taxa de 13,4%. No trimestre an-

terior, terminado em janeiro, o desemprego no Brasil havia fechado em 11,2%.

A primeira morte conhecida de Covid-19 no país ocorreu no dia 17 de março. A partir daí, com o avanço da doença, o país promoveu o fechamento de bares, restaurantes e comércio como forma de conter o avanço da doença. Em abril, os efeitos econômicos foram sentidos com mais intensidade, já que as medidas restritivas duraram do começo ao fim do mês.

O comércio, que pela metodologia do IBGE inclui serviços, foi o setor que mais sentiu a queda na população ocupada, com 1,2 milhão de postos de trabalho perdidos. Em seguida, destacam-se o corte de 885 mil vagas na construção e de 727 mil postos no segmento de serviços domésticos. A dispensa de trabalhadores domésticos foi um recode desde o início da série histórica, em 2012.

Diego Garcia/Folhapress



Google destina dinheiro a 380 pequenos e médios sites de notícias no Brasil



O Google anunciou na manhã da quinta-feira (28) que mais de 5.300 pequenas e médias redações receberam entre US\$ 5 mil (R\$ 26,5 mil) e US\$ 30 mil (R\$ 159 mil) de seu Fundo de Auxílio Emergencial ao Jornalismo, lançado em abril, sendo 380 no Brasil.

Elas foram selecionadas dos mais de 12 mil pedidos enviados de 103 países, sendo 90% de veículos que contam com menos de 26 jornalistas. No Brasil, entre outros, receberam recursos A Gazeta, de Vitória (ES), Amazônia Real, de Manaus (AM), e Mais Vertentes (São João del-Rei, MG).

O fundo é voltado, como divulgado em abril, a “veículos locais, que atendam a uma comunidade geográfica específica”. Mais de metade ficou de fora, por não produzir cobertura local ou diária “ou por contar com menos de dois jornalistas”.

Para redações maiores, o Google anunciou também em abril que havia decidido isentar veículos do pagamento das faturas de sua plataforma de publicidade, Ad Manager, por até cinco meses, em processo de seleção semelhante.

Em entrevista pouco antes de divulgar os resultados do fundo, Richard Gingras, vice-presidente de Jornalismo

(News) do Google, se negou a dar valores precisos, mas confirmou que a alocação de recursos em apoio ao jornalismo chega à casa dos US\$ 100 milhões (R\$ 530 milhões).

Os dois programas, voltados a redações menores e maiores, abarcam “dezenas de milhões” cada um. Somados “a um compromisso adicional de gastos com marketing”, publicidade do Google nos veículos, atinge-se o valor global de US\$ 100 milhões.

“A pandemia causou uma reviravolta na indústria de meios de comunicação em todo o mundo, e o Brasil não é exceção”, diz Henrique Matos, diretor de Parcerias

de Mídia no Google Brasil. O fundo visa “apoiar esse setor durante a atual crise”.

Gingras, questionado se pretende negociar com veículos jornalísticos da Austrália e da França, países que demandaram que plataformas como o Google paguem pelas notícias que compartilham, respondeu:

“Obviamente, estou ciente das situações na França e na Austrália. E temos claramente o desejo de investir mais no setor, devido à sua importância para a nossa sociedade, e continuaremos a fazer isso. Vamos acelerar e investir mais.”

Nelson de Sá/Folhapress

Publicidade Legal

Empresas devem usar protocolo para flexibilizar quarentena em SP

O prefeito de São Paulo, Bruno Covas, anunciou ontem (28) as exigências para que os setores da economia possam voltar a funcionar, com a flexibilização da quarentena em todo o estado.

As associações dos diferentes ramos de atividade aptos a reabrir deverão apresentar protocolos que garantam a saúde de trabalhadores e clientes.

Quarta (27), o governador de São Paulo, João Doria, anunciou o plano de flexibilização da quarentena em todo o estado. As cidades podem reabrir gradualmente o comércio e outras atividades, reduzindo o isolamento social, seguindo uma classificação estabelecida pelo governo.

Esses setores deverão apresentar um planejamento, que inclui itens como a testagem dos funcionários, normas de higiene e regras de autorregulação para fiscalização. O prefeito também chamou atenção para que as empresas tomem medidas para evitar punir as trabalhadoras que precisam cuidar dos filhos, uma vez que as creches e escolas continuarão fechadas.

Os protocolos passarão a ser recebidos a partir da próxima segunda-feira (1º) e precisam ser aprovados pela Vigilância Sanitária municipal para que a abertura das empresas seja autorizada.

Daniel Mello/ABR

Revogada portaria com punições a quem descumpria quarentena

Moderna Ambiental S/A

CNPJ/MF nº 23.733.677/0001-34

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em Reais)

Balço Patrimonial		Passivo		Demonstração de Resultados			
Ativo	2019	2018	2019	2018	2018		
Circulante	4.239.251	4.239.064	590.372	572.236	Receita Operacional Bruta	60.085	35.730
Disponível	668	692	31.838	18.538	Receita de serviços prestados	(8.562)	(5.092)
Contas a Receber	4.220.759	4.220.592	-	-	Impostos incidentes sobre os serviços	51.523	30.638
Outras Contas a Receber	17.824	17.780	-	948	Receita Operacional Líquida	(136.558)	(150.787)
Não Circulante	45.189.976	45.295.181	558.533	552.750	Custo dos serviços prestados	(85.035)	(120.148)
Realizável a longo prazo	45.034.457	45.034.457	-	-	Despesas gerais e administrativas	(2.399)	(3.097)
Partes relacionadas	45.034.457	45.034.457	-	-	Receitas (despesas) financeiras líquidas	(123.153)	(140.928)
Imobilizado	154.308	259.512	48.838.856	48.962.009	Lucro Operacional	(123.153)	(140.928)
Intangível	1.212	1.212	49.256.261	49.256.261	Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(123.153)	(140.928)
Total do Ativo	49.429.227	49.534.245	49.429.227	49.534.245	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido		

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
 1. **Contexto Operacional** – A Companhia, constituída e organizada sob a forma de Sociedade Anônima, nos Termos da Lei 6.404/76, opera sob a denominação social de **Moderna Ambiental S/A**, e tem sede social na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Engenheiro Antônio Jovino, 220 – conjunto 61 – sala B – Vila Andrade, podendo criar, instalar, transferir ou extinguir sucursais, filiais, agências, representações ou escritórios onde e quando for julgado necessário por sua Diretoria, em qualquer local do território nacional ou exterior. A Companhia tem por objeto a execução de obras e serviços relativos aos sistemas de limpeza pública e privada, saneamento ambiental, inclusive construção pertinente a tais objetivos, no território nacional ou no exterior, tendo como compromisso precípuo a proteção, preservação e a melhoria constante do meio ambiente, para entidades públicas e privadas, sob regime de contratação, de permissão, de autorização ou de concessão de: (a) Variação manual e mecanizada de vias e logradouros; (b) Limpeza e conservação de monumentos, de faixas de areia, de praias, de praças, parques e de área ajardinadas; (c) Lavagem, roçagem e capinação de áreas vegetadas, de vias e rodovias; (d) Desassoreamento e limpeza de bocas de lobo, galerias de águas pluviais, redes de água e desobstrução de remais de ligação; (e) Remoção manual e mecanizada de entulho e sobras de obras; (f) Coleta e transporte e de resíduos domiciliares, de feiras livres, hospitalares, de estabelecimento de serviços de saúde, comerciais, industriais, derivados de petróleo e de todos aqueles resultantes dos serviços de variação e de limpeza de vias e logradouros; (g) Coleta seletiva de materiais recicláveis; (h) Elaboração de projeto, implantação, fornecimento, construção, montagem eletromecânica e operação de unidades de biogás, estação de transbordo ou transferência, centrais de reciclagem, usinas de compostagem e de tratamento, trituração e de incineração de resíduos domiciliares, inertes, comerciais, industriais, hospitalares e de estabelecimentos de serviços de saúde; (i) Elaboração de projeto, implantação, fornecimento, construção, montagem e operação de unidades de usina para obtenção de fontes alternativas de energia; (j) Comercialização dos produtos e subprodutos obtidos a partir das usinas de compostagem e de reciclagem de resíduos; (k) Elaboração de projeto, implantação, construção, recuperação ambiental, terraplanagem, e operação de aterros sanitários de resíduos domiciliares, de resíduos industriais e de resíduos inertes, energéticos, públicos ou privados; (l) Prestação de serviços relativos à construção, administração, gerenciamento, supervisão, estudos, projetos e a execução de quaisquer obras e serviços de engenharia civil, em todas as suas modalidades técnicas e econômicas. **2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis** – As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.1. Moeda Funcional e de Apresentação: As demonstrações contábeis da sociedade estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação. **2.2. Caixa e equivalentes de Caixa:** Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor, demonstrado pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício. **2.3. Instrumentos Financeiros:** A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e suas classificações são definidas no reconhecimento inicial. Mensurados ao valor justo por meio de resultado são os ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente e encontram-se registrados no Ativo Circulante. Os ganhos ou perdas apuradas são apresentados na demonstração do Resultado na rubrica de Receitas Financeiras Líquidas, no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tivesse sido contratado em conexão com outra operação. Empréstimos e recebíveis são os valores concedidos e os créditos financeiros não derivativos com pagamentos ou recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses. **2.4. Imobilizado:** O imobilizado é avaliado pelo custo histórico de aquisição, deduzido das respectivas depreciações e das provisões por perdas do valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que representam a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados ao final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **2.5. Provisão para Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **2.6. Outros Ativos e Passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Sociedade decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. **2.7. Julgamentos, Estimativas e Premissas contábeis Significativas. Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras da Sociedade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e Premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. **Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas.** A Sociedade reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. **2.8. Tributação:** A Sociedade é tributada pelo Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, apurando-os de acordo com as determinações legais de apuração pelo Lucro Real. O Programa de Interação Social e a Cofins são apurados de acordo com a metodologia de não-cumulatividade de acordo com a legislação vigente. **3. Equivalentes de Caixa** – Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão compostos das seguintes contas:

	2019	2018
Bancos Conta Movimento	668	692
Total de Equivalentes de Caixa	668	692

4. Contas a Receber – O saldo de contas a receber da companhia em 31/12/2019, é de R\$ 4.220.759 (quatro milhões, duzentos e vinte mil, setecentos e cinquenta e nove reais), referente a títulos emitidos pela companhia. **5. Partes Relacionadas** – Representam operações de empréstimos efetuadas a empresas do grupo, devidamente lastreadas por contratos de mútuo, estando demonstrados pelos valores concedidos, acrescidos dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até a data do balanço. As transações entre partes relacionadas observam taxas e prazos usuais de mercado e neste exercício de 2019, estão apropriadas contabilmente em rubrica de: **Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis** sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com

Diretoria			
Adilson Alves Martins	2019	2018	
Diretor Presidente	45.034.457	45.034.457	
Marcel Gelfi – Diretor			
Leonel Hernan Emilio Bustia – Diretor	558.533	552.750	
Marcelo Duarte de Oliveira – Diretor			
Marlene Maria Teixeira de Oliveira – Contadora CRC 1SP199702/O-3			

	Custo Corrigido	Depreciação	Líquido	Líquido
Máquinas e Equipamentos	20.000	(2.827)	17.173	19.172
Veículos	412.819	(275.684)	137.135	240.340
Imobilizado	432.819	(278.511)	154.308	259.512
Acervos Técnicos	1.212	-	1.212	1.212
Intangível	1.212	-	1,212	1,212

O imobilizado contempla as readequações de valores (custo atribuído), incorporados em seu patrimônio, baseados em laudos de avaliação, conforme previa os procedimentos inerentes às determinações expressadas na Lei 11.638/07, do Conselho Federal de Contabilidade e do Comitê de Pronunciamentos Contábil – ICPC 10 referente ao Ativo Imobilizado. **7. Outras Informações – a) Evento Subsequente:** A entidade está atenta aos efeitos econômicos e sociais da pandemia do COVID-19 e a sua repercussão no cenário global, bem como às medidas eventualmente adotadas pelas autoridades governamentais. No entanto, o serviço executado pela empresa é de caráter essencial e, apesar dos evidentes prejuízos econômicos nos diversos setores da economia, o segmento em que a empresa atua é considerado prioritário pelos governos municipais, o que constitui uma garantia de continuidade na presente crise mundial.

Sergio de Andrade Behrend – Sócio Diretor – CRC 1SP 197.708/O-8
 Triade Auditores Independentes – CRC 2SP 015.090/O-5

base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 18 de maio de 2020.

Karine Melo/ABR

Os ministérios da Justiça e Segurança Pública e da Saúde revogaram, nesta quinta-feira (28), a Portaria Interministerial nº 9, assinada pelos ministros da Justiça e Segurança Pública, André Mendonça, e interino da Saúde, Eduardo Pazuello, e publicada no Diário Oficial da União de quinta. A medida leva em conta a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que reconheceu a autonomia de estados

pública. A revogação foi oficializada com a publicação da Portaria Interministerial nº 9, assinada pelos ministros da Justiça e Segurança Pública, André Mendonça, e interino da Saúde, Eduardo Pazuello, e publicada no Diário Oficial da União de quinta. A medida leva em conta a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que reconheceu a autonomia de estados

e municípios para tomar decisões relativas ao enfrentamento da covid-19, mesmo em contrariedade a regras estabelecidas pela União. Segundo o Ministério da Justiça, mesmo que, em razão da decisão proferida, não seja possível aos órgãos federais definir quais medidas de combate à pandemia devem ser adotadas uniformemente no território nacional, “há limites que não devem ser ul-

trapassados, já que previstos em tratados internacionais e em lei de caráter nacional (Lei nº 13.979/2020)”. Na nova portaria, as duas pastas reafirmam que “deve ser assegurado às pessoas afetadas em razão da aplicação de medidas de enfrentamento ao coronavírus o pleno direito à dignidade, aos direitos humanos e às liberdades fundamentais”.

Geral

Rombo nas contas públicas tem recorde histórico em abril, com déficit de R\$ 92,9 bilhões

Sob influência da crise do novo coronavírus, o governo federal registrou um rombo recorde de R\$ 92,9 bilhões nas contas públicas em abril. O dado, divulgado nesta quinta-feira (28) pelo Tesouro Nacional, é o pior para todos os meses da série histórica iniciada em 1997.

Esta foi a primeira vez que o governo registrou déficit primário em abril. O pior resultado já registrado no mês até o momento foi no primeiro ano da série, quando houve superávit de R\$ 5,8 bilhões, em valor atualizado pela inflação.

Somente em abril, a receita total do governo federal caiu 32%, na comparação com o mesmo mês de 2019. A conta da despesa teve alta de 45% no mês passado, com repasses voltados ao combate ao coronavírus no sistema de saúde, além de desembolsos para minimizar os efeitos econômicos provocados pela

pandemia.

Entre os gastos mais expressivos estão o auxílio emergencial de R\$ 600 a trabalhadores informais, que já supera R\$ 150 bilhões, e a assistência a trabalhadores com salário e jornada cortados, com custo estimado em R\$ 51 bilhões.

O secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, afirmou que o rombo de abril só não superou R\$ 100 bilhões porque uma mudança de cronograma adiou o pagamento de precatórios pelo governo. Com as ações emergenciais adotadas durante a pandemia, ele alertou que os próximos resultados fiscais seguirão em trajetória de queda.

De acordo com o Tesouro, os resultados observados até o momento podem piorar caso a perda de receitas se acentue e programas emergenciais sejam prorrogados.

Bernardo Caram/Folhapress

Entenda a recuperação judicial da Latam e quais são os direitos do consumidor

A companhia aérea Latam, que pediu proteção contra a falência nos Estados Unidos na última terça-feira (26), afirma que continuará em operação durante toda a reestruturação de suas dívidas.

A empresa, a maior do segmento na América Latina, entrará em um processo similar ao que no Brasil é chamado de recuperação judicial. Estão inclusas no processo a holding chilena da Latam e suas filiais em Colômbia, Equador, Peru e Estados Unidos. A operação brasileira e as unidades da companhia na Argentina e no Paraguai não estão em recuperação judicial.

Entenda o processo e quais os direitos dos consumidores que têm ou vão comprar passagens da Latam Brasil.

O que significa o pedido de recuperação judicial da Latam?

A companhia aérea pediu proteção contra a falência na Justiça dos Estados Unidos porque não conseguiria honrar o pagamento de suas

dívidas no prazo. Os débitos listados no pedido de recuperação judicial somam cerca de US\$ 18 bilhões (R\$ 94,9 bilhões no câmbio atual), o que a empresa diz representar 95% de seu passivo.

O pedido ocorre em meio à queda abrupta da demanda de passagens ocasionada pela pandemia do coronavírus que impactou todo o setor aéreo no mundo. A solicitação ocorre duas semanas após a colombiana Avianca Holdings, segunda maior empresa do segmento na América Latina, também entrar em recuperação judicial nos Estados Unidos.

Com a recuperação judicial, a Latam deverá negociar com credores um plano de pagamento de suas dívidas.

O pedido da Latam afeta a operação da empresa no Brasil?

A companhia aérea continua operando durante a reestruturação, que segundo o presidente da empresa, Roberto Alvo, deverá durar entre 12 e 18 meses.

Ivan Martinez-Vargas/Folhapress

Traga suas publicações para
Data Mercantil
Faça um orçamento conosco:
comercial@datamercantil.com.br

Comunicado de Extravio de Documentos
LogConsult Consultoria S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.476.462/0001-12 e na JUCESP sob o NIRE 35.300.478.142, com sede à Rua Indiana, nº 245, apto. 7, Brooklin Paulista, São Paulo-SP, comunica ao mercado em geral que foram extraviados o Livro de Registro de Transferência de Ações Nominativas e o Livro de Registro de Ações Nominativas.
São Paulo, 27 de maio de 2020.
A Diretoria

IMB Têxtil S/A					
CNPJ/MF nº 58.500.398/0001-05					
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em Reais)					
Ativo	Balancos Patrimoniais		Passivo	Demonstrações de Resultados Consolidado	
	2019	2018		2019	2018
Circulante	86.693.774	111.467.473	Circulante	29.461.902	40.466.305
Não Circulante	33.184.733	43.026.283	Não Circulante	43.308.979	45.424.002
Realizável a longo prazo	30.554.316	35.907.827	Patrimônio Líquido	47.107.626	68.603.449
Intangível	1.613.342	5.984.082	Total do passivo e do patrimônio líquido	119.878.507	154.493.756
Total do ativo	119.878.507	154.493.756	As Demonstrações Financeiras, que compreendem Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2019, bem como Demonstrações de Resultados entre outras, foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes.		
Wellington Einstein Dalvi dos Santos - Diretor Executivo Silvana da Silva Oliveira - Contadora - CRC 1SP.159.007/O-7					

Centro Comercial Robert Kennedy S.A.					
CNPJ/MF nº 10.298.921/0001-36					
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)					
Ativo/Ativo circulante	Balancos Patrimoniais		Passivo e Patrimônio Líquido/Passivo circulante	Demonstrações de Resultados	
	2019	2018		2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	4.207	4.212	Fornecedores	279	280
Estoque	6	12	Obrigações trabalhistas e tributárias	7	7
Impostos a recuperar	4.200	4.200	Parcelamento de tributos	272	272
Total do ativo	4.207	4.212	Passivo não circulante	1.859	2.131
Demonstração do Resultado Abrangente			Parcelamento de tributos	1.859	2.131
Prejuízo líquido do exercício	(582)	(478)	Patrimônio líquido	2.069	1.801
Total do resultado abrangente do exercício	(582)	(478)	Capital social	10.037	9.001
Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto			Capital social a integralizar	-	(811)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2019	2018	Adiantamento para futuro aumento de capital	852	1.849
Prejuízo líquido do exercício	(582)	(478)	Prejuízos acumulados	(8.820)	(8.238)
Decréscimo em ativos: Impostos a recuperar	(1)	-	Total do passivo e patrimônio líquido	4.207	4.212
(Decréscimo) acréscimo em passivos: Fornecedores	(1)	-	2019 2018		
Obrigações trabalhistas e tributárias	-	(4)	(186)	757	
Parcelamento de tributos	(272)	(272)	Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	850	757
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(856)	(754)	Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(6)	3
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	1.036	-	Caixa e equivalentes de caixa: No início do exercício	12	9
Aumento de capital	-	-	No final do exercício	6	12
Diretores: Antonio Kazuo Koga, Paulo Carlos de Brito Filho e Daniela Cunha do Val. Nilton César de Lima - Contador CRC 1SP.198.855/O-8.			Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(6)	3
A Companhia optou pela publicação resumida das Demonstrações Financeiras que estão disponíveis na sede da empresa, em sua íntegra, acompanhadas do parecer sem ressalvas dos auditores independentes da RSM Brasil Auditores Independentes - Sociedade Simples CRC 2SP.030.002/O-7					

Maia vê risco em redução do valor do auxílio emergencial defendida por Guedes



O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou nesta quinta-feira (28) que a prorrogação da concessão do auxílio de R\$ 600 já é consenso, mas disse ver risco em uma eventual redução desse valor, como defende o ministro Paulo Guedes (Economia).

O deputado participou de seminário "Retorno da atividade econômica pós isolamento social", realizado virtualmente e que contou com a participação do economista Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central.

Também discutiram o assunto os economistas Ana Paula Vescovi, do Santander, Edmar Bacha, que participou

da criação do Plano Real, e Ilan Goldfajn, ex-presidente do BC.

Maia afirmou que, apesar do custo do auxílio emergencial, já é praticamente consensual a prorrogação da medida, criada para durar apenas três meses, com valores concedidos em abril, maio e junho.

A discussão se dá em torno do valor. "Eu tenho medo da redução do custo do auxílio emergencial, o que isso impacta na reação das pessoas", disse.

"Acho que a redução do valor pode gerar... da mesma forma que 'o não auxílio', a redução do valor pode ter consequências também na base da sociedade."

No último dia 20, Guedes admitiu a possibilidade de estender o benefício, mas defendeu que o valor fosse cortado para R\$ 200, valor inicial proposto para o auxílio no Congresso -somente após pressão dos parlamentares o governo decidiu elevar a ajuda a R\$ 600.

Dois dias, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) afirmou que o governo estenderia o auxílio emergencial para informais, mas com valor abaixo de R\$ 600. Ele disse que haveria uma quarta parcela da ajuda e que inclusive poderia ocorrer um quinto pagamento.

Danielle Brant/Folhapress

Publicidade Legal

Stelo S.A.

CNPJ/MF nº 20.300.867/0001-70

Relatório da Administração

Senhores Acionistas. Atendendo às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2019. 2019 foi um ano de consolidação da marca e de expansão dos negócios, quando vendemos mais de 530 mil equipamentos de captura para novos clientes, o que justificou os novos investimentos realizados e o Prejuízo Líquido de R\$ 155,9 milhões no exercício. A Stelo segue a estratégia de atuação no mercado de subadiquência e avalia, para 2020, novas oportunidades de expansão do seu portfólio de produtos e de prover novas soluções de pagamentos para seus clientes, bem como a novos clientes. Por fim, registramos os agradecimentos da Administração aos funcionários, pela dedicação e empenho, e aos nossos clientes, fornecedores e acionistas pelo apoio e confiança que nos foram dispensados. Colocamos-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários. Barueri, 28/05/2020

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Balancos Patrimoniais			Demonstrações dos Resultados			Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido			Demonstrações dos Fluxos de Caixa				
	Nota	2019	2018	Nota	2019	2018	Nota	2019	2018	Nota	2019	2018		
Circulante		165.019	133.350		178.612	206.268		109.100	(148.713)		(157.457)	(46.211)		
Caixa e equivalentes de caixa	3	6.045	13.729	Fornecedores	10	34.237	12.395	Aumento de capital	183.682	-	183.682	5 e 6	166.763	8.960
Contas a receber de partes relacionadas	7	152.935	116.675	Contas a pagar a estabelecimentos	8	130.703	177.665	Adiantamento para futuro aumento de capital	18.000	-	18.000	9	3.552	156
Impostos a compensar e a recuperar		5.113	1.945	Impostos e contribuições a recolher	4	2.179	5.580	Outros passivos	-	-	-		275	(304)
Outros ativos		926	1.001	Outros passivos	10	11.433	10.628	Adoção de CPC 48	-	(57)	(57)			
Não Circulante		265.355	205.069	Não Circulante		4.237	659	Prejuízo do exercício	-	(30.520)	(30.520)			
Creditos Tributários	4	93.678	92.463	Provisão para passivos contingentes	9	4.237	659	Saldo em 31/12/2018	310.782	(179.290)	131.492			
Depósitos judiciais	9	345	1.302	Patrimônio Líquido		247.525	131.492	Adiantamento para futuro aumento de capital	272.000	-	272.000			
Imobilizado	5	2.153	2.505	Capital social	11	282.782	292.782	Prejuízo do exercício	-	(155.967)	(155.967)			
Intangíveis	6	169.179	108.799	Adiantamento para futuro aumento de capital	11	290.000	18.000	Saldo em 31/12/2019	582.782	(335.257)	247.525			
Total do Ativo		430.374	338.419	Prejuízos acumulados		(335.257)	(179.290)	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4	1.490	15.691			
				Total do Passivo		430.374	338.419	(Prejuízo) do Exercício		(155.967)	(30.520)			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1. Contexto operacional – A Stelo S.A., (anteriormente denominada Companhia Brasileira de Pagamentos Eletrônicos) – (“Sociedade” ou “Stelo”) é uma Sociedade anônima de capital fechado, constituída no Brasil em 03/11/2011 e tem como objetivo principal a prestação de serviços de sub-credenciamento, relacionando-se com um ou mais credenciadores e habilitando estabelecimentos comerciais a aceitar instrumentos de pagamento, ampliando a rede de relacionamento dos arranjos de pagamento, assim como, o desenvolvimento de parcerias para produção de produtos e/ou serviços e outros meios de pagamento, sendo uma empresa de soluções de pagamentos do Grupo Celio. A partir de 15/09/2018, a Aliança Pagamentos e Participações Ltda., passou a ser controladora da Stelo com participação de 100% de seu capital social. Novas oportunidades estão sendo avaliadas pela Administração para complementar o portfólio de produtos da Stelo e de prover novas soluções de pagamentos para seus clientes, bem como a novos clientes, com o objetivo de expandir seus negócios e torná-lo mais rentável. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 28/05/2020. **2. Resumo das principais práticas contábeis – 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.2. Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade. **2.4. Reconhecimento de receita:** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outras deduções similares. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moedas nacionais ou estrangeiras, contas bancárias e aplicações financeiras que são utilizados pela Sociedade para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, com liquidez imediata e que estão sujeitos a um insignificante risco de variação no valor justo. **2.6. Contas a receber operacionais e contas a pagar a estabelecimentos:** Referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito emitidos por instituições financeiras, sendo os saldos de contas a receber dos bancos emissores líquidos das taxas de intercâmbio, com prazos de recebimento inferiores a um ano. Por ser uma subcredenciadora, os saldos das transações capturadas são pagos pelos bancos emissores à credenciadora, que repassa este valor à Sociedade. **Contas a pagar a estabelecimentos:** Obrigação de pagar o valor de transações de compra de produtos e serviços realizadas com cartões aos estabelecimentos comerciais credenciados pela Sociedade. **2.7. Imobilizado:** Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **2.8. Intangível: Ativos intangíveis adquiridos separadamente:** Ativos intangíveis são vida útil definida adquirem separadamente registrados por seu custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **Ativos intangíveis gerados internamente:** Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado, quando incorridos. **Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** Anualmente, e quando houver evidência, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. **Valor recuperável de um ativo ou de unidade geradora de caixa é o maior valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **2.9. Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. **Impostos correntes:** A provisão para imposto de renda e contribuição social na Sociedade está baseada no lucro tributável do exercício. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. **Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando-se as alíquotas e leis vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada anualmente, e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando beneficiários a itens registrados diretamente no patrimônio líquido. **2.10. Benefícios a empregados: Previdência Complementar:** Refere-se a valores que a Sociedade é coparticipadora de um plano de previdência privada com contribuições definidas. As contribuições são efetuadas com base em um percentual da remuneração dos colaboradores. Os pagamentos aos planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados. **2.11. Provisão para ris-****

cos: Reconhecida quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação no fim de cada período de relatório, levando-se em consideração os riscos e as incertezas relacionadas à obrigação. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. **2.12. Dividendos:** Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) quota destinada a constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício. **2.13. Ativos e passivos financeiros: a. Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); (ii) custo amortizado; e (iii) ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da entidade, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de “somente P&J”, ou seja, fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamento de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo o objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes. **Custo amortizado:** São ativos mantidos dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e em termos contratuais derrem origem a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto (critério de “somente P&J”). O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descaimento contábil. Os ativos financeiros derivativos estão contabilizados nesta categoria. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **b. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado. **Custo amortizado:** São inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os passivos financeiros são por padrão mensurados ao custo amortizado, exceto: (i) contratos de garantia financeira, (ii) compromissos de ceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado, (iii) passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para o desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável. Um passivo financeiro será mensurado ao valor justo por meio do resultado, quando eliminar o efeito de forma significativa o descaimento contábil ou se o grupo do passivo ser gerenciado ao valor justo. **2.14. Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Sociedade que impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas no exercício demonstrado. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para perdas de crédito esperadas, imposto de renda e contribuição social diferidos, redução ao valor recuperável do ativo (quando aplicável) e provisão para riscos. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Sociedade revisa as estimativas e premissas no mínimo anualmente. **2.15. Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas:** A Sociedade adotou inicialmente a CPC 06 (R2) – Arrendamentos a partir de 01/01/2019. A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos arrendamentos com aplicabilidade para exercícios iniciados em, ou após, 01/01/2019. O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários, sendo reconhecido um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Após as análises realizadas pela administração, não foram identificados impactos decorrentes da adoção do novo pronunciamento, uma vez que a Sociedade não possui contratos de arrendamento no escopo desta norma. **3. Caixa e equivalentes de caixa** – O caixa e equivalentes de caixa apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa está constituído por:

Composição do IRPJ e da CSLL diferidos – Ativo	2019		2018	
	Prejuízo fiscal e base negativa	Provisão para despesas com fornecedores	Prejuízo fiscal e base negativa	Provisão para despesas com fornecedores
	87.568	87.568	87.568	87.568
	5.995	4.671	415	224
	93.563	92.239	87.983	87.792

Conforme melhor expectativa da Administração, a realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos, no montante de R\$ 93.678 em 31/12/2019 (R\$ 92.463 em 31/12/2018), ocorrerá ao longo dos próximos 6 anos, à medida que a Sociedade gerar lucros tributáveis por meio da ampliação de suas atividades e da melhor rentabilização de seu negócio, conforme plano avaliado pela Administração. Em 2019, a Sociedade não reconheceu os tributos diferidos ativos sobre o prejuízo do exercício.

5. Imobilizado	2019		2018	
	Taxa anual de depreciação – % Custo	Depreciação acumulada Líquido	Taxa anual de depreciação – % Custo	Depreciação acumulada Líquido
Equipamentos de processamento de dados	20	731 (464)	267	319
Instalações	10	1.361 (205)	1.156	1.329
Máquinas e equipamentos	10-20	356 (176)	180	247
Móveis e utensílios	10	637 (87)	550	610
Total	3.085	(932)	2.153	2.505

A movimentação do imobilizado nos exercícios findos em 31/12/2019 e de 2018 é como segue:

	2018		2019	
	Adições	Depreciações	Adições	Depreciações
Equipamentos de processamento de dados	319	14	(66)	267
Instalações	1.329	-	(173)	1.156
Máquinas e equipamentos	247	10	(77)	180
Móveis e utensílios	610	-	(60)	550
Total	2.505	24	(376)	2.153

Relacionamento com clientes (b) 4 – 20 307.964 (164.882) 143.082 84.559 Desenvolvimento de projetos (c) 20 48.041 (21.944) 26.097 24.240 **Total** 356.005 (186.826) 169.179 108.799

(a) Os saldos de 31/12/2018 foram reclassificados de acordo com os critérios adotados no exercício de 2019, para fins de comparabilidade. Em 31/12/2018, o subsídio pago na venda de terminais de captura estava registrado na rubrica de “despesa antecipada” no ativo circulante e não circulante e foi realocado para “intangíveis” no ativo não circulante. (b) **Relacionamento com clientes – Subsídio na Venda de Solução de Captura** – Corresponde ao subsídio pago na venda de terminais de captura para estabelecimentos comerciais e representa a expectativa de rentabilidade futura com os clientes, a partir da aquisição do equipamento, sendo apropriado pelo prazo médio de vida útil estimado em 15 meses. (c) **Desenvolvimento de projetos** – refere-se a gastos com desenvolvimento de novos produtos ou serviços que visam incrementar a receita. A movimentação do intangível nos exercícios findos em 31/12/2019 e de 2018 é como segue:

	2018		2019	
	Adições	Amortizações	Adições	Amortizações
Relacionamento com clientes	84.559	216.288	(157.765)	143.082
Desenvolvimento de projetos	24.240	10.479	(8.622)	26.097
Total	108.799	226.767	(166.387)	169.179

As despesas com depreciação de imobilizado e amortização do intangível foram registradas nas rubricas “Despesas gerais e administrativas” e “Custo dos serviços prestados” na demonstração do resultado. **7. Transações com partes relacionadas** – No curso habitual das atividades e em condições de mercado são mantidas pela Sociedade operações com partes relacionadas, tais como contas a receber e a pagar. Os principais saldos de ativos, passivos e resultados em 31/12/2019, decorrentes de operações com partes relacionadas, estão demonstrados a seguir:

no exercício. A Stelo segue a estratégia de atuação no mercado de subadiquência e avalia, para 2020, novas oportunidades de expansão do seu portfólio de produtos e de prover novas soluções de pagamentos para seus clientes, bem como a novos clientes. Por fim, registramos os agradecimentos da Administração aos funcionários, pela dedicação e empenho, e aos nossos clientes, fornecedores e acionistas pelo apoio e confiança que nos foram dispensados. Colocamos-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários. Barueri, 28/05/2020

Saldo em 31/12/2017	Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido			Saldo em 31/12/2018
	Capital	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido	
109.100	183.682	-	(39.613)	183.682
Aumento de capital	18.000	-	18.000	
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(57)	(57)	
Prejuízo do exercício	-	(30.520)	(30.520)	
Saldo em 31/12/2018	310.782	(179.290)	131.492	
Adiantamento para futuro aumento de capital	272.000	-	272.000	
Prejuízo do exercício	-	(155.967)	(155.967)	
Saldo em 31/12/2019	582.782	(335.257)	247.525	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	2019		2018	
	Ativos Receitas (Pas-sivos)	Ativos Receitas (Des-pesas)	Ativos Receitas (Pas-sivos)	Ativos Receitas (Des-pesas)
Caixa e equivalentes de caixa	6.029	(558)	13.727	180
Disponibilidades	6.029	(599)	13.617	(1.179)
Banco Bradesco – Controlador direto	1.450	(333)	964	(421)
Banco do Brasil – Controlador indireto	4.579	(266)	12.653	(758)
Aplicações	-	41	112	1.359
Banco Bradesco – Controlador indireto	-	41	6	739
Banco do Brasil – Controlador indireto	-	-	106	620
Contas a receber	152.935	-116.675	-	-
Celio S.A. – Controlador indireto	152.935	-116.675	-	-
Bradesco Vida e Previdência S.A	-	(327)	(6)	(321)
Brasilpre Seguros e Previdência S.A	-	(236)	-	(221)
Elo Participações – Antiga controladora	-	(91)	-	(100)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(290.000)	-	(18.000)	-
Aliança Pagamentos e Participações Ltda. – Controlador	(290.000)	-	(18.000)	-

8. Contas a pagar operacionais – Os valores a serem repassados aos estabelecimentos comerciais estão registrados em contas de passivo. Em 31/12/2019, o saldo corresponde a R\$ 130.703 (R\$ 139.219 em 31/12/2018). **9. Provisões para contingências – a) Provisão para riscos tributários e civis:** A Sociedade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias e trabalhistas e outros assuntos. Com base nas informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e na experiência anterior referente às quantias reivindicadas nas ações tributárias e civis, a Sociedade constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados com as ações em curso no exercício findo em 31/12/2019, como segue:

	2019		2018	
	Adições	Reversões (b)	Adições	Reversões (b)
Tributários	345	5.398	(2.314)	3.429
Trabalhistas	153	-	(153)	-
Cíveis	161	678	(57)	26
Total	659	6.076	(2.524)	26

(a) Correspondem substancialmente ao complemento das provisões para riscos tributários e civis, representadas por novos processos e por mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuadas pelos assessores jurídicos, que foram registradas em contrapartida à rubrica “Outras despesas operacionais, líquidas” na demonstração do resultado. (b) Substancialmente representadas pela reversão de provisão para riscos tributários em virtude de processos encerrados ou mudança na avaliação de risco de perda pelos assessores jurídicos da Sociedade. **Processos tributários:** Referem-se à provisão para riscos tributários, decorrentes de divergência de interpretação em relação às autoridades fiscais. Em 31/12/2019, a provisão para perdas prováveis em ações tributárias é de R\$ 3.429, e o saldo de depósito judicial é de R\$ 345. A Administração da Sociedade, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das provisões para riscos tributários ocorrerá em até 5 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Sociedade. **Processos cíveis:** Referem-se substancialmente à cobrança de provisões realizadas por meio do sistema da Sociedade que não foram repassadas aos estabelecimentos comerciais em virtude do descumprimento de cláusulas que compõem o contrato de credenciamento, adicionadas de indenizações pelos prejuízos causados pelas transações não repassadas à época. Em 31/12/2019, a provisão para perdas prováveis em ações civis é de R\$ 808. A Administração da Sociedade, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das referidas provisões para riscos cíveis ocorrerá em até 5 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Sociedade. **Perda possível:** Em 31/12/2019, a Sociedade possui ações civis envolvendo riscos de perdas avaliadas como possíveis por seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, no montante de R\$ 6.663. **b) Depósitos judiciais:** No exercício findo em 31/12/2019, a Sociedade mantém depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos tributários, cuja movimentação está assim demonstrada:

	2018		2019	
	Adições	Reversões	Adições	Reversões
Tributários	1.293	1.368	(2.316)	345
Trabalhistas	9	-	(9)	-
Total	1.302	1.368	(2.325)	345

10. Fornecedores e Outros passivos – Circulante 2019 2018 (a) 34.237 12.395 **Total – Fornecedores** 34.237 12.395 **Provisão programa de incentivo de vendas** 6.492 4.012 **Provisão para despesas de pessoal** 4.889 4.335 **Provisões diversas** 52 2.275 **Contas a pagar com partes relacionadas** - - **Total – Outros Passivos** 11.433 10.628

(a) Os saldos de 31/12/2018 foram reclassificados de acordo com os critérios adotados no exercício de 2019, para fins de comparabilidade. Dentre as reclassificações, destaca-se os saldos a pagar para fornecedores de central de atendimento, processamento de transações e desenvolvimento e manutenção de sistemas, que foram reclassificados da rubrica “outras contas a pagar” para “fornecedores”. (b) O saldo de fornecedores é composto por valores a pagar para fornecedores da Sociedade, sendo os principais valores relacionados a: (i) serviços de telecomunicações, (ii) desenvolvimento, manutenção e suporte de redes e sistemas e (iii) central de atendimento. **11. Patrimônio líquido – a) Capital Social:** O capital social em 31/1

Publicidade Legal

Carapanã Participações S.A. (em constituição)

Local de Assembleia de Constituição de Sociedade por Ações Realizada em 13 de Dezembro de 2019
Data, Hora e Local: 13/12/2019, às 10h, na sede social. **Presença:** Presentes os fundadores e subscritores representando a totalidade do capital social. **MG3 Investimentos Ltda.**, CNPJ/MF sob o nº 33.031.079/0001-77, representada seus Administradores: Lucas Marques Gillet, RG 37.113.767-4 SSP/SP, CPF/MF 426.777.229-28 e Mathews Marques Gillet, RG 37.113.775-5 SSP/SP, CPF/MF 420.995.388-16. **Nilton Bertuchi**, RG 23.922.890-0 SSP/SP, 195.514.838-47. **Roberto Bocchino Ferrari**, RG 12.732.824-5 SSP/SP, CPF/MF 177.831.188-10. **Rubens Cardoso da Silva**, RG 19.553.631-9 SSP/SP, CPF/MF 169.174.328-30. **Luiz Carlos da Silva Cantídio Júnior**, RG 27.405.893-5 SSP/SP, CPF/MF 150.915.381-00. **Mesa:** **Nilton Bertuchi** - Presidente, **Luiz Guilherme Godoy Cardoso de Melo** - Secretário, **Roberto Bocchino Ferrari** - Rubens Cardoso da Silva, representada por 400 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, **Nilton Bertuchi**, subscrevu o montante de R\$ 200,00, representada por 200 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, **Roberto Bocchino Ferrari**, subscrevu o montante de R\$ 200,00, representada por 200 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, **Luiz Carlos da Silva Cantídio Júnior**, subscrevu o montante de R\$ 100,00, representada por 100 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, e todas com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação. Eleição dos membros da Diretoria: **Nilton Bertuchi**, **Rubens Cardoso da Silva**, **Roberto Bocchino Ferrari**, **Luiz Carlos da Silva Cantídio Júnior**, todos eleitos para o cargo de Diretores sem designação específica da Companhia. Os Diretores ora nomeados, presentes à Assembleia, aceitaram os cargos para os quais foram eleitos e declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falen-tar, de prevaricação, pecha ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, ou qualquer outro que os impeça de exercer as atividades empresariais ou a administração da Companhia. Os Diretores são impositos nos seus cargos neste ato, mediante a assinatura desta ata, sem prejuízo da assinatura do termo de posse no livro de atas de Assembleia Geral, e indicam o endereço constante de sua qualificação, como o endereço no qual receberão as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão. O Sr. Presidente, por fim, esclareceu que os Diretores da Companhia ficaram incumbidos de ultimar as formalidades remanescentes necessárias à constituição da Companhia e registro perante os órgãos competentes. **Assinaturas:** Nilton Bertuchi; Secretário: Luiz Guilherme Godoy Cardoso de Melo; Acionistas: MG3 Investimentos Ltda. (p. Lucas Marques Gillet e Mathews Marques Gillet); Nilton Bertuchi; Roberto Bocchino Ferrari; Rubens Cardoso da Silva e Luiz Carlos da Silva Cantídio Júnior. São Paulo, 13/12/2019. **Nilton Bertuchi** - Presidente - **Luiz Guilherme Godoy Cardoso de Melo** - Secretário. **Acionistas:** **MG3 Investimentos Ltda.** - Lucas Marques Gillet - Mathews Marques Gillet - Nilton Bertuchi - Roberto Bocchino Ferrari - Rubens Cardoso da Silva - Luiz Carlos da Silva Cantídio Júnior. Visto do Advogado: **Luiz Guilherme Godoy Cardoso de Melo** - OAB/SP 315.365. **Objeto Social da Carapanã Participações S.A. (em constituição) - Capítulo I Da Denominação, Duração, Sede e Estabelecimento Social.** Art. 1º - A Carapanã Participações S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado ("Companhia"), que se regerá pelo presente Estatuto Social e pela legislação vigente aplicável. **Artigo 2º - A Companhia** tem sua sede social localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041, 23º Andar - Torre D - Sala 21, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, onde funcionará seu escritório administrativo, podendo instalar e estabelecer filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios em qualquer parte do território nacional, por deliberação da Diretoria. **Artigo 3º - A Companhia** tem por objeto a participação em outras sociedades empresariais ou simples, como acionistas ou quotista, inclusive como holding de instituições não-financeiras. **Artigo 4º - A Companhia** possui duração por tempo indeterminado. **Capítulo II - Capital Social e Ações - Artigo 5º -** O capital social da Companhia é de R\$ 1.000,00 (mil reais), representado por 1.000 (mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal totalmente subscrito e integralizado. **Artigo 6º -** A cada ação ordinária emitida pela Companhia caberá um voto nas deliberações de acionistas. **Artigo 7º -** Todas as ações de emissão da Companhia serão escrituradas no livro próprio da Companhia, em nome de seus titulares. **Artigo 8º -** As Ações são indivisíveis perante a Companhia. **Capítulo III - Assembleia Geral - Artigo 9º -** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 meses seguintes ao término do exercício social da Companhia e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim exigirem, ou nos casos previstos em lei e neste Estatuto Social. **Parágrafo Primeiro -** A Assembleia Geral somente poderá deliberar assuntos da ordem do dia constantes do edital de convocação. **Parágrafo Segundo -** A Assembleia Geral será convocada pela Diretoria, ou nos termos da lei, e será presidida e secretariada por pessoas eleitas pela maioria dos acionistas presentes. **Parágrafo Terceiro -** A primeira convocação da Assembleia Geral será feita com, no mínimo, 8 dias de antecedência, contados da data de publicação do primeiro edital e, em segunda convocação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. **Parágrafo Quarto -** A convocação dos acionistas estará dispensada das formalidades previstas neste artigo se todos os acionistas estiverem presentes na Assembleia Geral. **Artigo 10º -** O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado. **Artigo 11º -** Salvo nos casos previstos em lei e neste estatuto social, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco, e observadas, quando for o caso, as disposições do acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia. **Artigo 12º -** A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as deliberações que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sendo de sua competência privativa, além das matérias previstas em lei, as seguintes matérias: (a) eleição e destituição dos membros da Diretoria, do Conselho Fiscal, se instalado e do Conselho de Administração, se criado; (b) tomar, anualmente, as contas dos Diretores, e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (c) suspender o exercício dos direitos dos acionistas; (d) deliberar sobre a avaliação de bens com que os acionistas concorrerem para a formação do capital social; (e) deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; e (f) instrução aos representantes da Companhia nas assembleias gerais ou reuniões de quotistas das sociedades nas quais a Companhia detenha ou venha a deter, participação societária, no que diz respeito às matérias análogas às previstas neste artigo 12; (g) dissolução, liquidação, pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia; **Capítulo IV Administração - Artigo 13º -** A Companhia será administrada por uma Diretoria, de acordo com os poderes conferidos pela legislação aplicável e por este Estatuto Social. § 1º - Os membros da administração da Companhia serão investidos em seus respectivos cargos nos 30 (trinta) dias subsequentes à eleição, mediante assinatura do termo de posse lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador, ficando dispensada qualquer garantia de sua gestão. § 2º - Os administradores deverão permanecer em seus cargos até a efetiva posse de seus substitutos. § 3º - Das reuniões da Diretoria serão lavradas atas no livro de Atas das Reuniões de Diretoria, conforme o caso, as quais deverão ser assinadas pelos Diretores presentes à reunião. § 4º - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador ou empregado que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pelas Assembleias Gerais. **Seção I Diretoria - Artigo 14º -** A Diretoria da Companhia será composta por 04 (quatro) membros, designados simplesmente como Diretores, residentes no país, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela Assembleia Geral, e terão poderes e atribuições que a Lei e o presente Estatuto Social lhes conferem para assegurar o funcionamento regular da Companhia. § 1º - O mandato dos membros da Diretoria será de 3 (três) anos, podendo haver recondução de seus membros. Os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores. § 2º - No caso de ausência temporária de qualquer Diretor, este poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito, por meio de carta ou fac-símile entregue a qualquer outro Diretor, ou ainda, por correio eletrônico digitalmente certificado, com prova de recebimento de qualquer outro Diretor. § 3º - Ocorrendo vaga na Diretoria, a nomeação do novo Diretor será determinada pela Assembleia. **Artigo 15º -** As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão expressar seus votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado. **Artigo 16º -** Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas da Diretoria. Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria ou que tenham se manifestado na forma do parágrafo 1º deste artigo, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas da Diretoria, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Diretor, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata. **Artigo 17º -** Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou por este Estatuto Social, seja atribuída competência à Assembleia Geral. **Artigo 18º -** No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos de ordinária administração necessários à consecução dos objetivos da Companhia alinhados ao seu cargo, observadas as disposições deste Estatuto Social quanto à forma de representação, à alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pela Assembleia Geral, incluindo discutir e aprovar a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, avais e fianças, emitir, endossar, cautionar, descontar, sacar e avaliar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, observadas as restrições legais e as regras estabelecidas neste Estatuto Social. **Artigo 19º -** Compete ainda à Diretoria: (a) cumprir e fazer cumprir o disposto neste Estatuto Social e as deliberações da Assembleia Geral; (b) deliberar sobre abertura, o encerramento e a alteração de endereços de filiais, sucursais, agências, escritórios ou representações da Companhia em qualquer parte do País ou do exterior; (c) submeter, anualmente, à apreciação da Assembleia Geral, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, elaborados pelo relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior; (d) elaborar e propor, à Assembleia Geral o orçamento anual, os planos de negócios, operacionais e de investimento da Companhia, incluindo estratégias para implantação de tais negócios e aqueles relacionados ao ingresso em novos negócios; (e) a concessão de avais, fianças ou a prestação de qualquer outra forma de garantia pela Companhia; (f) a assunção de quaisquer obrigações ou a decisão de fazer novos investimentos (incluindo, mas não se limitando a aquelas que resultem no pagamento de despesas) ou a celebração de quaisquer contratos pela Companhia; (g) a aprovação de quaisquer endividamentos da Sociedade relativos (a) a empréstimos tomados, (b) a emissão de notas promissórias ou outros Valores Mobiliários representativos de dívida, e (c) operações de leasing financeiro; e a transferência de qualquer ativo ou Subsidiária da Sociedade; (h) alienação, venda, cessão, transferência, conferência ao capital, dissolução, cancelamento ou substituição, de qualquer forma, direta ou indiretamente, a título gratuito ou oneroso ou outro negócio jurídico que resulte na transferência direta ou indireta da titularidade, pela Companhia, por qualquer meio, de qualquer ativo da Companhia, ou qualquer promessa de transferência tal alienação; (i) constituição de ônus e gravames, incluindo direitos reais de garantia, como penhor, hipoteca e anticrese, alienação fiduciária, usufruto, foro, pensão, encargos de terceiro e quaisquer promessas de firmar ou outorgar quaisquer dos anteriores, sobre quaisquer ativos da Companhia, ou qualquer promessa de fazer tal constituição; (j) outorga, pela Companhia, de qualquer garantia real ou fiduciária (incluindo aval) sobre qualquer obrigação de terceiro, ou qualquer promessa de outorgar qualquer de tais garantias; (k) participação da Companhia no capital de outras sociedades ou grupo de sociedades; (l) instrução aos representantes da Companhia nas assembleias gerais ou reuniões de quotistas das sociedades nas quais a Companhia detenha ou venha a deter, participação societária, no que diz respeito às matérias análogas às previstas neste artigo 19; (m) amortização e resgate de ações de emissão da Companhia; (n) participação em grupos de sociedades, incorporação, fusão, cisão, transformação ou qualquer outra forma de reorganização societária da Companhia, inclusive incorporação de outras sociedades pela Companhia; (o) alteração do Estatuto Social da Companhia; (p) redução do capital social da Companhia; (q) emissão de ações, títulos conversíveis em ações e quaisquer outros valores mobiliários, inclusive notas promissórias comerciais; (r) criação ou alteração da política de dividendos da Companhia; (s) criação de novas classes de ações e mudança das características das já existentes; e (t) abertura ou fechamento do capital social da Companhia. § 1º - A Companhia considerará-se obrigada quando representada: a) por quaisquer dos diretores assinando em conjunto; b) por qualquer Diretor em conjunto com um procurador com poderes especiais, devidamente constituído na forma do parágrafo único, ou c) por um procurador com poder especial, devidamente constituído na forma do parágrafo segundo abaixo. § 2º - Não obstante o disposto neste artigo 19, a Companhia considerará-se devidamente representada, ativa e passivamente, perante repartições públicas federais, estaduais e municipais em geral, pela assinatura isolada de 1 (um) Diretor. § 3º - As procurações serão outorgadas em nome da Companhia pela assinatura conjunta de 02 (dois) Diretores devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção das procurações outorgadas para fins judiciais e administrativos conferidas a advogados, serão válidas por no máximo 01 (um) ano. **Capítulo V - Conselho Fiscal - Artigo 20º -** A Companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, composto por 3 (três) membros e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos em Assembleia Geral, que lhes fixará os honorários, de acordo com a lei. **Artigo 21º -** O Conselho Fiscal instalar-se-á, nos termos da lei, nos exercícios sociais quando houver pedido neste sentido de acionistas que representem, no mínimo, um décimo das ações com direito de voto, e exercerá as atribuições que a lei lhe confiere. § Único - O regulamento interno aplicável ao Conselho Fiscal será estabelecido pela Assembleia Geral que solicitar sua instalação. **Capítulo VI - Exercício Social, Balanço e Demonstrações Financeiras - Artigo 22º -** O exercício social tem início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, data em que serão levantadas, observada a legislação pertinente, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo a serem apresentadas à Assembleia Geral, juntamente com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício. **Artigo 23º -** Do lucro líquido do exercício, 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição do Fundo de Reserva Legal, até que o mesmo atinja 20% do Capital Social. § 1º - Do saldo restante dos lucros, efetuada a dedução de que trata o artigo anterior, será distribuído um dividendo não inferior de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, pagável no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua deliberação em Assembleia Geral. § 2º - O saldo remanescente do lucro líquido terá a destinação que for determinada pela Assembleia Geral. **Artigo 24º -** A Companhia poderá declarar e distribuir, por deliberação da Diretoria, dividendos (i) intermediários e (ii) intercalares e (iii) intercalares e (iv) intercalares e (v) intercalares no último balanço anual ou semestral ou (ii) intercalares, à conta de lucros apurados em balanços especiais, com periodicidade trimestral ou inferior, conforme permitido em lei. § 1º - A Companhia poderá pagar juros sobre capital próprio, na forma e nos limites da legislação aplicável. § 2º - Os dividendos intermediários ou intercalares e os juros sobre capital próprio declarados em cada exercício social poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do resultado do exercício social em que forem distribuídos. **Artigo 25º -** Os dividendos distribuídos e não reclamados no prazo de 3 (três) anos reverterão em favor da Companhia. **Capítulo VII - Dissolução e Liquidação - Artigo 26º -** A Companhia será dissolvida ou entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, nomear o liquidante e tomar as demais deliberações previstas em lei. **Capítulo VIII - Disposições Gerais - Artigo 27º -** As partes elegem o Foro da Cidade de São Paulo, SP, para dirimir qualquer disputa, controvérsia ou reivindicação que surja em virtude da aplicação, validade, interpretação e violação das disposições contidas na Lei nº 6404/76 e neste Estatuto Social. **Artigo 28º -** Os casos omissos neste Estatuto serão regulados pela legislação sobre as sociedades por ações, pelas demais disposições legais e por resoluções da Assembleia Geral. **Artigo 29º -** A Diretoria deverá sempre ser certificada de que os contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia ficam à disposição dos acionistas ou sejam prontamente disponibilizados quando solicitados. **Artigo 30º -** A Companhia obriga-se, no caso de abertura de capital, a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa, devendo a Diretoria tomar as medidas necessárias para formalizar tal adesão. SP, 13/12/2019. **Mesa:** **Nilton Bertuchi** - Presidente - **Luiz Guilherme Godoy Cardoso de Melo** - Secretário. **Juicep NIRE nº 3530054827-2 em 28/01/2020, Gisela Sirmema Ceschin - Secretária Geral.**

www.datamercantil.com.br

Best Center Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 14.576.758/0001-87
 Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 (Em milhares de reais - R\$)

Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2019 e 2018		Demonstração do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018	
Ativo	Nota explicativa	31.12.19	31.12.18	31.12.2019	31.12.2018
Circulante		2.862	2.959		
Caixa e equivalentes de caixa	3	89	1.642	5.142	3.453
Aplicações financeiras	4	1.557	-	(1.644)	(1.481)
Contas a receber	5	677	536	3.498	1.972
Impostos a recuperar		20	249	-	-
Despesas antecipadas e outros créditos		519	532	(4.903)	(5.417)
Não circulante		423.927	390.123		
Contas a receber	5	163	245	90	42
Deposito judicial		-	12	8.888	4.328
Investimentos em controladas	6	374.426	370.618	-	-
Propriedades para investimento	7	29.708	7.886	138	777
Imobilizado		8.727	6	(17.039)	(13.983)
Intangível		10.903	11.356	-	-
Total do ativo		426.789	393.082		
Passivo e Patrimônio Líquido		31.12.19	31.12.18		
Circulante		8.491	15.239		
Empréstimos e financiamentos	8	7.573	13.895	5.142	3.453
Salários e encargos sociais		800	911	(1.644)	(1.481)
Impostos, taxas e contribuições		100	93	3.498	1.972
Outras contas a pagar		18	340	-	-
Não circulante		96.712	151.185		
Outras contas a pagar		9.362	-	1.644	1.481
Empréstimos e financiamentos	8	46.418	101.277	(8.888)	(4.328)
Depósitos caução		24	23	166	234
Valores a pagar de partes relacionadas, líquidos		40.908	49.885	-	-
Patrimônio líquido		321.586	226.658		
Capital social	10	422.856	318.766	318.766	1.437
Reserva de capital		1.603	1.437	112.090	-
Prejuízos acumulados		(102.873)	(93.545)	(8.000)	(8.000)
Total do passivo e patrimônio líquido		426.789	393.082		

A Diretoria
 Débora Rosa Periotto - Contadora CRC 1SP 231.722/O-0

As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas estão à disposição na sede da Companhia

TOP Center Empreendimentos e Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 06.953.352/0001-48
 Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 (Em milhares de reais - R\$)

Balanço Patrimonial		Demonstração dos Fluxos de Caixa	
Ativo/Circulante	Nota Explicativa	31.12.2019	31.12.2018
Circulante		22.277	14.821
Caixa e equivalentes de caixa	3	283	977
Aplicação financeira	4	12.138	748
Contas a receber	5	4.847	6.428
Imposto a recuperar		2.981	4.796
Despesas antecipadas e outros créditos		2.028	1.872
Não circulante		301.360	301.496
Contas a receber	5	11.503	11.750
Depósitos judiciais		72	68
Propriedades para investimento	6	287.405	287.090
Imobilizado		2.731	2.584
Intangível		9	4
Total do ativo		323.637	316.317

Balanço Patrimonial

Ativo/Circulante	Nota Explicativa	31.12.2019	31.12.2018
Circulante		3.269	16.856
Empréstimos e financiamentos	7	1.585	15.584
Adiantamento de clientes		697	660
Contas a pagar diversos		987	712
Não circulante		48.442	208.192
Empréstimos e financiamentos	7	12.032	200.816
Transações e saldos com partes relacionadas		34.646	5.608
Patrimônio líquido		271.926	91.169
Capital social	8	254.576	76.276
Reserva de lucros		17.350	14.893
Total do passivo e patrimônio líquido		323.637	316.317

Demonstração do Resultado

	31.12.2019	31.12.2018
Receita líquida	36.447	155.482
Custo dos imóveis vendidos	-	(89.218)
Custo das locações	(5.370)	(5.233)
Lucro bruto	31.077	61.031
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas administrativas	(513)	(527)
Despesa com vendas	(1.897)	(6.052)
Outras receitas operacionais, líquidas	1.626	51
Lucro antes do resultado financeiro	30.293	54.503
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	643	999
Despesas financeiras	(19.008)	(26.694)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	11.928	28.808
Imposto de renda e contribuição social	-	-
Correntes	(2.021)	(9.015)
Lucro líquido do exercício	9.907	19.793

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

	2019	2018	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	9.907	19.793	9.907	19.793
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	5.370	5.233	5.370	5.233
Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos	17.502	26.088	17.502	26.088
Caixa gerado nas operações	32.779	51.114	32.779	51.114
Varição de ativos e passivos	(7.599)	56.358	(7.599)	56.358
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	25.180	107.472	25.180	107.472
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Partes relacionadas	29.038	(4.639)	29.038	(4.639)
Aumento de capital	178.300	28.135	178.300	28.135
Redução de capital	-	(57.200)	-	(57.200)
Aquisições/baixas de bens de propriedades de investimento, imobilizado e intangível	(5.476)	79.849	(5.476)	79.849
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	201.862	46.145	201.862	46.145
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos	-	-	-	-
Pagamento de empréstimos	(220.286)	(108.519)	(220.286)	(108.519)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(7.450)	(44.732)	(7.450)	(44.732)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(227.736)	(153.251)	(227.736)	(153.251)
(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(694)	366	(694)	366
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	977	611	977	611
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	283	977	283	977
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(694)	366	(694)	366

Contadora: Débora Rosa Periotto - CRC: 1SP 231.722/O-0
 As Demonstrações Financeiras completas estão disponíveis na sede da empresa

MSP Negócios S.A.

CNPJ/MF nº 04.795.926/0001-71
 Relatório da Administração

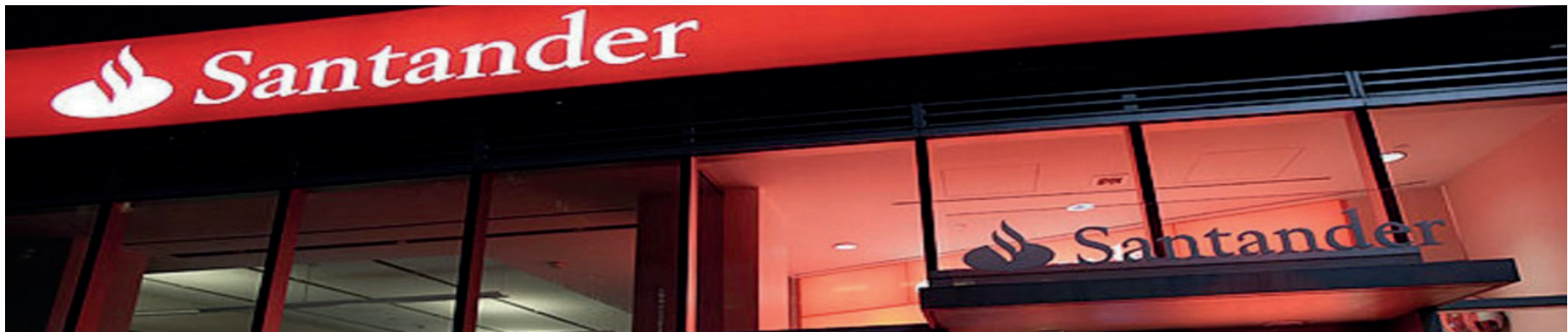
Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais, submetemos a apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração do Fluxo de Caixa e a Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido, dos exercícios findos em 31/12/2019 e de 2018 e esclarecer que as notas explicativas e o parecer do auditor independente se encontram à disposição na administração da Companhia.

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

Ativo	Balanços Patrimoniais Individuais e Consolidados				Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto			
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado

Negócios

Santander anuncia um aporte de mais de US\$ 5 milhões na a55



A Santander InnoVentures, fundo de capital de risco do Grupo Santander, anunciou hoje um aporte na a55, uma fintech brasileira que oferece crédito a pequenas e médias empresas usando as receitas como garantia. A Santander InnoVentures já investiu em mais de 30 fintechs desde seu lançamento, há seis anos, e este é seu quarto aporte na América Latina.

A a55 já havia levantado US\$ 3 milhões em capital de pequenos investidores brasileiros e internacionais. A Santander InnoVentures está

liderando essa nova rodada, com um investimento total de mais de US\$ 5 milhões, vindos de diversos investidores.

Fundada por André Wetter e Hugo Mathecowitsch em 2018, no Brasil, a a55 oferece soluções alternativas de crédito garantido pelas receitas recorrentes de empresas. Seu objetivo é se tornar a principal plataforma de financiamento de empresas de serviços de tecnologia da América Latina, começando pelas companhias que oferecem SaaS (software como serviço). Para isso, a

a55 expandiu sua atuação recentemente para o México.

Para analisar e conceder financiamento às PMEs, a a55 usa uma plataforma tecnológica que conecta contas bancárias, soluções de custódia, faturamento, meios de pagamento e inteligência de crédito. A empresa conta hoje com 45 profissionais, a maioria das áreas de análise de crédito, desenvolvimento de software e ciência de dados, tanto em Florianópolis (SC) quanto na Cidade do México.

Desde 2018, a companhia fez 350 operações de crédito

a 50 empresas, no valor total R\$ 100 milhões investidos no Brasil e 150 milhões de pesos mexicanos (cerca de US\$ 7 milhões) no México. A companhia espera duplicar essas cifras nos próximos 12 meses.

De acordo com Manuel Silva Martínez, sócio-diretor da Santander InnoVentures, a crise atual acelerará mudanças nos hábitos de consumo em direção a modelos digitais e de assinatura. “Isto beneficiará em grande medida as empresas de SaaS (software como serviço), que necessitarão de provedores

de serviços financeiros alternativos para financiar seu crescimento e seu sucesso. A a55 ocupa uma posição privilegiada para apoiar as empresas brasileiras e mexicanas com suas ofertas financeiras feitas sob medida e construídas por empreendedores para empreendedores.”

Manuel fará parte do conselho de administração da a55 e colaborará para ampliar suas capacidades e alcance dos produtos, além de explorar as possibilidades de novas parcerias com o Santander na região.

Biznews

Fatores que determinam os preços de medicamentos



De acordo com Felício De Rosa Neto, presidente executivo da ABCFARMA, a dinâmica dos preços de medicamentos é complexa quando analisada pelos bastidores. Para quem não conhece a legislação uma das questões refere-se aos laboratórios farmacêuticos, que por razões comerciais, podem praticar preços menores do que os autorizados pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED).

“Apesar de os preços serem regulados pela CMED, existem medicamentos que apresentam variações de preços todos os meses. Nos primeiros cinco meses de 2020, já ocorreram 2.586 al-

terações de valores”, afirma Neto.

A Medida Provisória 933/2020, que suspendeu pelo prazo de 60 dias o reajuste de medicamentos e que teve a tramitação prorrogada por mais 60 dias, tem gerado muita preocupação para o Sindusfarma. Além disso, também está em aprovação o PL 1542, que posterga o reajuste para 120 dias.

“O reajuste de 4,8% recuperaria muito grosseiramente, não 100%, a pressão de custos que a indústria sofreu no último ano, ou seja, todo o acumulado de abril de 2019 a março deste ano”, afirma Bruno Almeida de Abreu, diretor jurídico e de regulação de mercado do Sindusfarma.

A indústria farmacêutica também convive com os desafios gerados pela alta do dólar. “O primeiro deles é o câmbio, que subiu 40% até agora, um aumento de mais de 20% só nesses 60 dias de suspensão. Somam-se a isso o frete que encareceu absurdamente, assim como a escassez e o aumento dos custos da matéria-prima em função da quebra de produção da China e da Índia”, ressalta Abreu.

Apesar disso, o executivo ressalta que uma pesquisa recente entre os associados mostrou que, em médio prazo, ainda não há preocupação de desabastecimento, a não ser um ou outro produto pontual.

Biznews

Petrobras capta R\$ 17 bilhões no exterior em meio à pandemia

Em meio à crise provocada pela pandemia do novo coronavírus, a Petrobras captou US\$ 3,25 bilhões (cerca de R\$ 17 bilhões ao câmbio atual) com a emissão de bônus no mercado internacional. Foi a primeira captação de uma empresa brasileira após o início da pandemia.

Para analistas, o apetite dos investidores em meio à crise reflete a busca por oportunidades de investimento em um mundo com taxas de juros baixas. A demanda pelos papéis teria superado em cinco vezes o valor final da operação.

A captação foi feita em duas parcelas diferentes. A primeira, de US\$ 1,5 bilhão (R\$ 8 bilhões) tem vencimento em 2031 e juros de 5,6% ao ano. A segunda, de US\$ 1,75 bilhões (R\$ 9 bilhões) vence em 2050 e tem taxa de juros de 6,9% ao ano.

A Petrobras informou em comunicado aos investidores que vai usar os recur-

sos para “fins corporativos gerais”. Em seminário virtual promovido pela agência EPBR na quinta (28), o diretor de Relações Institucionais da estatal, Roberto Ardenghy, disse que a operação mostra que o mercado aprova a estratégia da empresa durante a crise.

“Imune a esse fenômeno ninguém é, mas empresas são mais ou menos resilientes dependendo da maneira em que se comportam”, disse o executivo. “No caso da Petrobras, estamos mostrando resiliência.” A empresa tem repetido que está pronta para sobreviver com o petróleo a US\$ 25 (R\$ 134) por barril.

Após o início da pandemia, a estatal anunciou uma série de medidas para reforçar o seu caixa, como cortes de investimentos e salários, suspensão do pagamento de dividendos e bônus a executivos e novo programa de demissão incentivada.

Nicola Pamplona/Folhapress